

Eulalia Portela Negrelos

Arquiteta e Urbanista, docente e pesquisadora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Avenida Trabalhador São-Carlense 400, CEP 13566-590, São Carlos, SP, (16) 3373-9283, negrelos@sc.usp.br

“Os pioneiros da habitação social no Brasil” veio a público como uma nova narrativa – também pioneira – sobre a trajetória centenária de produção pública de habitação no Brasil. A obra em três volumes é o espetacular resultado de pesquisas realizadas ao longo de cerca de duas décadas, a partir da tese de doutorado de Nabil Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo”, defendida em 1994 na FAU-USP; posteriormente, Bonduki amplia sua contribuição, publicando, em 1998, o “Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria”, delimitando o período 1930-1964 num grande esforço de compreensão da constituição da política pública de habitação no país.

¹ BONDUKI, Nabil G. Os pioneiros da habitação social no Brasil: cem anos de construção de política pública no Brasil. São Paulo: UNESP: SESC, Volume 1, 2014; BONDUKI & KOURY, Ana Paula (orgs). Os pioneiros da habitação social no Brasil: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. São Paulo: UNESP: SESC, Volume 2, 2014; BONDUKI & KOURY (orgs). Os pioneiros da habitação social no Brasil: onze propostas de morar para o Brasil moderno. São Paulo: UNESP: SESC, Volume 3, 2014.

Construímos esta leitura crítica operando com dois destaques, vinculados ao perfil da Revista Risco, um a partir do campo teórico-conceitual e outro a partir do campo da história. O primeiro deles focaliza a ideia de “educar para a nova forma de morar”, encontrada em toda a obra e explicitada, sobretudo através da atuação do Departamento de Habitação Popular (DHP) do Rio de Janeiro, cidade em que se defrontaram os projetos de transformação do país no campo de sua inserção na modernidade internacional durante o período estudado. O anseio da educação para um novo morar urbano se encontra no bojo do diversificado movimento de produzir as cidades em bases modernas. Essa ideia se sustenta na oportunidade de desenvolvimento de um quadro de propostas modernas de habitar e de construir cidades, oportunidade essa aproveitada por profissionais e intelectuais desse período, considerado aqui integralmente como Era Vargas - e está aí justamente nosso segundo destaque, em termos da importância da periodização – com uma primeira

etapa de 1930 a 1945 e, outra, de 1945 a 1964, com a democracia populista.

Como indicado no Volume 1, com coordenação única de Bonduki, e vinculado a sua tese para concurso de livre docência em 2011 na FAU-USP, o trabalho é a construção detalhada de um panorama que abarca um século de desenvolvimento da política pública de habitação no país. Ao longo de 17 anos, ao incorporar pesquisadores de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, compondo sempre grandes equipes, e unir-se à ação de coordenação de Ana Paula Koury no Volume 2, com um colossal Inventário da produção do “sistema” IAP-FCP (Institutos de Aposentadoria e Pensões e Fundação da Casa Popular) de 1930 a 1964 em todo o país, e de órgãos regionais de 1946 a 1964, foi possível mobilizar recursos de investigação, humanos, econômicos e editoriais para lançar ao público esta fundamental fonte de dados, inclusive para novas pesquisas e formulações de questões acerca da história da habitação social como função estatal. No Volume 3, Bonduki e Koury oferecem uma seleção de 11 projetos de conjuntos residenciais produzidos pelo referido sistema, analisados em artigos de autorias variadas daqueles diversos pesquisadores envolvidos com seus trabalhos de diferentes níveis de pós-graduação – BOTAS (2011), BRITO (2011; 2005), POLETO (2011; 2004), SILVA (2003).

Não é possível deixar de enquadrar o “Pioneiros” na produção de investigação do atual IAU-USP (com a presença de Bonduki como docente junto com outros pesquisadores em graduação, Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, de 1997 a 2005, no então Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC – Escola de Engenharia de

São Carlos) e, posteriormente, na FAU-USP (com o ingresso de Bonduki no seu quadro docente e com a participação de pesquisadores vinculados a essa unidade). No lançamento do “Pioneiros” no IAU-USP, em dezembro de 2014, Sarah Feldman lembrou que o trabalho foi iniciado em um momento de organização dos grupos de pesquisa no Brasil no âmbito da CAPES, fortalecendo a pesquisa coletiva e, esta em particular, que contribui com a revisão da historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil. Nesse sentido, é necessário vincular a importância dos grupos de pesquisa e da prática de investigação científica na formação do IAU-USP (no início do trabalho o GPAUBr – Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo no Brasil, posteriormente nomeado Grupo de Pesquisa Habitação e Urbanismo no Brasil).

Após a experiência de administração municipal paulistana, com Bonduki à frente da HABI – Superintendência de Habitação Popular, da SEHAB (então Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo), de 1989 a 1992, com equipe composta por muitos dos que hoje são docentes e pesquisadores em diversas universidades brasileiras, vale lembrar a exposição dos trabalhos resultantes dessa gestão municipal na Bienal de Arquitetura de 1993, cujo catálogo organizado por Carlos de Andrade, Nabil Bonduki e Rossella Rossetto (ANDRADE et alii, 1993), até hoje divulga uma experiência pioneira e heroica de produção habitacional com participação social, vinculada aos princípios de “direito à cidade” e “direito à arquitetura”. Em tal oportunidade também foram expostos os trabalhos resultantes da articulação de pesquisa com Maria Ruth Sampaio e Paulo Bruna que, por sua vez, também tem produção relevante e fundamental vinculada ao período (SAMPAIO, 2002; BRUNA, 1998 e 2010); com eles, até 2001, a pesquisa do “Pioneiros” ocorreu em torno do projeto temático “Habitação Econômica e Arquitetura Moderna no Brasil”.

Na linha da sua articulação com um conjunto de historiadores, “Pioneiros” conta, nas abas de seus volumes, com apresentações de Nicolau Sevcenko, Maria Ruth Sampaio e Carlos Martins, que valorizam a reflexão crítica sobre o papel da presente obra para o campo da história e da historiografia da arquitetura e do urbanismo modernos no Brasil.

Sevcenko, cujo texto tem uma importância especial, dado seu falecimento pouco depois de sua escrita, nos brinda, no Volume 1, com uma análise crítica do período 1912-2013 para a construção da política pública de habitação social no Brasil, relevando a importância de uma abordagem histórica alternativa da arquitetura do século XX, quando Bonduki e seus colegas pesquisadores ampliam o quadro da produção e evidenciam a participação de um conjunto enorme de profissionais que não foram tão valorizados por uma historiografia e por um campo disciplinar que se constituiu hegemônico na universidade e nas publicações. Para Sevcenko, no “Pioneiros” é possível encontrar o caminho alternativo de “*arquitetura social, políticas habitacionais ou urbanismo orgânico e inclusivo*”, compreendendo as ações aqui analisadas no quadro europeu, tanto do pós-primeira guerra, com a emergência da habitação como questão pública, quanto no do pós-segunda guerra, com a crítica alternativa vinculada à produção massiva para a reconstrução de imensos territórios devastados pelos combates.

Carlos Martins, que estudou a construção das narrativas historiográficas sobre a arquitetura moderna no Brasil - e brasileira - (MARTINS, 1987), considerando o “Pioneiros” “... *um dos capítulos mais importantes do processo de revisão da historiografia brasileira da arquitetura moderna...*”, no Volume 2 valoriza a ação de Bonduki por incluir, de forma brilhante e detalhada, uma ampla miríade de profissionais comprometidos com o ideário da cidade moderna a partir de uma habitação moderna, industrializada e racionalizada. Tais trajetórias políticas e profissionais vinculadas ao período estudado, para além das escolhas episódicas de autoria realizadas por compêndios de arquitetura moderna ao longo do século XX, estão impressas nos empreendimentos apresentados detalhadamente no volume de inventário da produção. No lançamento do trabalho no IAU-USP, referido anteriormente, Martins destacou duas dimensões do “Pioneiros” para a revisão da historiografia da arquitetura moderna brasileira: a primeira indica a desmontagem da tese de seu formalismo, que chegou a ser considerado descompromissado com a arquitetura da habitação operária; a qualidade e, inclusive, quantidade, da produção foram demonstradas na pesquisa que ora se apresenta, inclusive na perspectiva de sua inserção profissional, que constitui, para os esforços possíveis no período, uma escala de produção

que indica o desafio então enfrentado no país. A segunda dimensão da revisão indicada por Martins se refere ao campo do fazer história da arquitetura e do urbanismo para além das avaliações dos seus contextos sociais e econômicos, e aqui incluiremos políticos fundamentalmente, valorizando a leitura formal do projeto e da obra.

Maria Ruth Amaral de Sampaio, valorizando o amplo e, ao mesmo tempo, minucioso esforço da equipe do “Pioneiros”, destaca, por outro caminho, a importância do trabalho para a ampliação histórica do foco sobre a produção da habitação social no Brasil, necessária tanto para o campo do ensino da arquitetura e do urbanismo, quanto para a elevação da qualidade de projeto da produção atual dos programas habitacionais públicos. No Volume 3, destaca os procedimentos de aprofundamento dos 11 casos selecionados para a demonstração dos vínculos teórico-metodológicos de cada projeto, as trajetórias de seus autores bem como as características dos órgãos promotores dos conjuntos

A tese de doutorado de Bonduki – o “Origens” - foi pioneira na linha de construção da habitação como questão pública e objeto de intervenção estatal, que emerge na modernização e no aprofundamento da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do modo de produção capitalista. A Habitação Popular Econômica e Moderna se estabelece como suporte da cidade moderna, com modos modernos de morar – coletivo, em grande escala, com valorização do espaço público - e como um problema para o Urbanismo, disciplina que inicia sua implantação no Brasil já com o plano da cidade de Belo Horizonte em 1895, coincidindo com o período que Bonduki indica como de estabelecimento das bases para a construção das “origens” da habitação social como questão de Estado. Daí, no “Pioneiros”, a fixação da data de 1912 com a construção do Bairro Operário Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, exemplo do esforço, em grande parte privado, do período até 1930, de bases liberais, para direcionar formas de intervenção na moradia do trabalhador.

Na constituição do campo teórico-conceitual, o “Pioneiros”, nessa linha de trabalho de Bonduki, atua como contribuição para a ampliação da reflexão teórica sobre a Era Vargas, nosso interesse particular já destacado anteriormente.

Primeiramente, na delimitação do período 1930-1964, já presente no “Origens”, promovendo o entendimento de uma lógica de produção habitacional, originada com a “Revolução” de Vargas, sempre baseada na produção da casa própria, com o Estado financiando a propriedade privada da moradia, a partir do “sistema” IAP-FCP. Neste trabalho, Bonduki e seus colaboradores deixam clara a compreensão das três décadas entre a “Revolução de 1930” - em que, durante os primeiros 15 anos, que inclui a ditadura do Estado Novo (1937-1945), se constitui um quadro abrangente de políticas públicas urbanas e de habitação - e o golpe militar de 1964 – que extingue o antigo sistema e organiza um novo, baseado no tripé Sistema Financeiro da Habitação-Banco Nacional da Habitação-Companhias de Habitação (SFH-BNH-COHAB). O período 1930-1964 se apresenta como tributário de um novo projeto de constituição da nação “moderna” e industrial, quando um grande conjunto de profissionais atua com a crença nas possibilidades oferecidas pelo regime varguista para o estabelecimento da moradia coletiva, da cidade moderna e, na sequência, de uma nova cultura nacional de vida urbana.

A contribuição do “Pioneiros” na revisão da Era Vargas se alia a estudos dos próprios coordenadores - Koury (2005) e Bonduki & Koury (2010) -, bem como a trabalhos que consideram essa delimitação no período de 1930 a 1954, da Revolução ao suicídio de Vargas, como o livro organizado por Bastos e Fonseca (2012), evidenciando a questão do desenvolvimentismo como a conjunção entre industrialização, intervencionismo pró-crescimento nacional e nacionalismo (p. 22). Além destes trabalhos, estão os que circunscrevem a Era Vargas nos primeiros 15 anos num período de constituição do Urbanismo como campo disciplinar no Brasil que se estabelece no poder público (REZENDE, 2012).

O “Pioneiros” vincula o período longo de 1930 a 1964, a partir do regime ditatorial de Vargas – que Miceli (2001) trata de “regime Vargas”, até 1945 - ampliado para o período seguinte, até 1964, que aprofunda o paternalismo na democracia. Esse período longo oferece a permanência de um ambiente de possibilidade de implementação de um projeto moderno de país, consubstanciado no desenvolvimentismo que muda de face em diferentes períodos: o nacionalismo de Vargas de

1930 a 1954; o desenvolvimentismo industrial com capital estrangeiro e a simbologia do moderno numa nova capital, com Juscelino Kubitschek de Oliveira; o desenvolvimentismo de bases socializantes e de reformas de base com João Goulart.

O “Pioneiros” também denuncia os obstáculos para a implementação de uma ampla política de habitação no Brasil, com atendimento universal segundo as necessidades habitacionais, obstáculos ainda persistentes em função da formação patrimonialista brasileira: valor da terra, dificuldades de construção de uma política fundiária ampla e efetiva para a redução das desigualdades socioterritoriais. Além disso, a prática atual de produção pública de moradias reproduz apenas o componente da grande escala na construção de unidades habitacionais em áreas enormes, de forma desconectada à política fundiária e urbana, que encontram no Estatuto da Cidade de 2001 a base constitucional para seu equacionamento, e que, no entanto, é ainda incipiente. Daí, o suporte da hipótese central de Bonduki, que considera que a preocupação com a qualidade urbanística e arquitetônica dos conjuntos do período 1930-1964 permanece atual, apesar do presente quadro de produção massiva que parece não levar em conta a experiência positiva daquele período.

Há que se ressaltar as questões morfológicas urbanas e edificatórias vinculadas às características predominantes, marcantes (e, talvez, notáveis) da produção habitacional analisada no “Pioneiros” em duas dimensões articuladas: por um lado, a habitação moderna como centro de um projeto de cidade moderna (FERRARI, 2013); e, por outro, a consideração do ensaio de um percurso de construção de uma arquitetura metropolitana (XAVIER, 2007 e 1999).

Tais questões de caráter morfológico são apreendidas no Inventário constante no Volume 2 do “Pioneiros”, e podem ser entendidas nas diferenças de abordagem por categoria profissional. Para todos os órgãos promotores de habitação do período, os do sistema IAP-FCP e aqueles criados regionalmente, foram construídas fichas descritivas segundo o perfil de inventário.

A ampliação digna de nota, que nos é oferecida como base de dados e informações inclusive para aprofundamento de pesquisas e reflexões, está no

capítulo “Áreas residenciais de cidades novas”, em que aparecem inventariados os projetos habitacionais nos novos empreendimentos urbanos, com mais de 21.000 unidades construídas, bancados por diferentes organismos incluindo o Banco do Brasil, na sua maioria os IAPs (sobretudo IAPI, IAPB, IAPETC, IAPC, mas também IPASE, FCP E CAPFESP) na modalidade de financiamento ao desenvolvimento urbano de caráter integral. Foram as cidades de empresa e, até mesmo, Brasília, financiadas com o montante de recursos de trabalhadores, sempre adimplentes segundo já lembrava Bonduki no “Origens” (1998), que, capitalizados, serviram à ampliação da base territorial do desenvolvimentismo vigente no período.

Destaques importantes, porque vinculados ao projeto nacional de desenvolvimento industrial com base na produção de bens de capital, são a Cidade Operária promovida pela Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda; a Cidade dos Motores em Duque de Caxias promovida pela Fábrica Nacional de Motores (em que, das duas versões de projeto, a segunda teve participação do IAPI para a produção de 269 unidades); e, nesta tipologia, ainda é importante o registro da promoção da USIMINAS das áreas residenciais em Ipatinga/MG.

Impressionante inventário dos empreendimentos em Brasília, ápice de um projeto em que não poderiam faltar os organismos já citados na maior empresa urbana e moderna realizada *in totum* no desenvolvimentismo brasileiro. São 16 itens, entre áreas residenciais complexas que envolvem várias superquadras e blocos e conjuntos episódicos de unidades.

Como esforço de anos com vinculação a duas unidades de ensino e pesquisa da Arquitetura e Urbanismo da USP, o “Pioneiros” contribui, sobremaneira, para o esforço de ampliação da reflexão sobre a produção e os significados dos períodos desenvolvimentistas para os demais países da América Latina.

Para o campo da história, além de questionar uma historiografia que destacava limitadamente a produção da arquitetura moderna brasileira, a descrição (Volume 1), o inventário (Volume 2) e a ampliação da visão sobre casos escolhidos como emblemáticos para a compreensão do período com

potencialidades e capacidades políticas, intelectuais e profissionais para a transformação de um país agrário-exportador a urbano-industrial (Volume 3), também possibilitam a compreensão dos aspectos de projeto com relevo para os detalhes de concepção e desenvolvimento, aliados aos detalhes de formação e trajetória profissional dos responsáveis por sua elaboração.

O marco da referência secular do desenvolvimento de política pública de habitação social no Brasil, em 1912, o Bairro Operário Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, foi promovido inicialmente por fora do liberalismo em vigor, com destaque para a orientação do presidente Hermes da Fonseca. Impressiona o caráter coetâneo das propostas pioneiras de vilas operárias pela iniciativa privada, uma vez que, no mesmo ano de 1912, Jorge Street inaugura a Vila Maria Zélia para os operários de sua fábrica de tecidos.

Estabelecer esse marco contribui para a compreensão do “centenário” da política habitacional vinculado a um século de construção do campo disciplinar do Urbanismo, da assunção da habitação social como ação estatal, bem como da Arquitetura como campo que assume a ação sobre a cidade no sentido da reorientação de sua própria atuação.

Diferentemente de seu doutorado, Bonduki retrocede a periodização à década de 1910: a habitação é problema público, mas a atuação, na economia liberal, se orientava para o espaço do mercado. Essa ampliação de período impacta na consideração da vila operária como tipologia urbana precursora do conjunto habitacional. A relação de dianteira da vila operária também se estabelece, segundo Bonduki, no período seguinte, na formulação das “cidades novas” junto a complexos industriais: Volta Redonda, Serra do Navio, Ipatinga, Caraíbas e Carajás e, inclusive, Monlevade, que, embora não implantada, guarda relação com o período 1930-1964.

Bonduki enriquece sua ação como historiador ao assumir, no Volume 1, o estabelecimento do traçado de “uma periodização da maneira como o Estado interveio na questão da habitação, de modo a situar o período estudado em profundidade no contexto histórico mais amplo e a evidenciar qual foi sua contribuição para o atual estágio de desenvolvimento da política habitacional brasileira” (Volume 1, p.

13). Essa ação corrobora o entendimento de Argan (1998) quando indica e defende que fazer história é a base para a compreensão do presente e este oferece campo para as dúvidas que o historiador levanta, buscando elementos de compreensão no quadro histórico construído por inúmeras narrativas. “*Não se faz história, a não ser dos fenômenos que continuam: entender um fenômeno significa reconstruir a série dos fenômenos que o precedem e o motivam.*” (ARGAN, 1998:37)

Estão reunidas por Bonduki narrativas variadas - dos projetos, dos conjuntos, dos agentes -, num quadro de referência amplo balizado pelo ideário da construção de uma nação moderna com suporte na produção material de bairros com características coletivas e de diversidade de soluções arquitetônicas e urbanísticas.

Para o presente, buscando enquadrar o período atual das políticas habitacionais, iniciado em 2000, com a introdução do direito à moradia na Constituição Federal, Bonduki indica o caráter massivo da produção da habitação social como uma característica positiva tanto para a ação de provisão de moradia nova como de intervenção em assentamentos precários.

O centro do problema historiográfico no “Pioneiros” é compreender como se localiza, ao longo da produção habitacional brasileira, a preocupação com a qualidade do projeto arquitetônico e sua inserção urbanística. Daí estabelecer, no Volume 1, um percurso panorâmico com abordagem analítica sobre os organismos de promoção de habitação social, todos públicos embora nem todos de administração direta – do início do século XX até 2013, defendendo a seguinte tese:

Na segunda década do século XXI, alcançaram-se as condições para que o direito à habitação digna possa ser garantido para todos os cidadãos brasileiros. No entanto, a questão fundiária, a qualidade do projeto e a inserção urbana dos conjuntos habitacionais estão distantes das preocupações dos atuais governos no enfrentamento do problema, o que dá sentido e atualidade para este livro. (Volume 1, p. 1)

Uma hipótese está construída a partir da delimitação do período 1930-1964, em que ocorre uma im-

portante contribuição no *“campo da arquitetura e do urbanismo, envolvendo uma ampla gama de propostas que eram inovadoras naquele momento e continuam atuais para um enfrentamento consistente do problema da moradia econômica e social no país.”* (Volume 1, p.2)

Questões de grande atualidade, como processos de construção industrializada, heterogeneidade de tipologias habitacionais, diversidade arquitetônica, adequada inserção urbana e valorização dos espaços públicos, foram desenvolvidas nos empreendimentos realizados no período, com melhor ou pior resultado, mas definindo uma agenda que hoje não só não vem sendo implementada como tem sido negligenciada pelos governos que, em diferentes níveis, têm enfrentado a questão habitacional. (Volume 1, p.2)

O campo historiográfico se enriquece com a abrangência nacional da pesquisa, ampliada em 2005, componente do trabalho que lhe confere uma historicidade mais profunda em função de seu compromisso com os problemas do presente, no âmbito nacional: são 325 empreendimentos, em 81 municípios de 24 estados, com variadas técnicas de pesquisa orientadas pela preocupação da utilização do trabalho de forma funcional (Volume 1, p. 4): a) levantamento físico dos edifícios e das características urbanísticas, com redesenho em escalas uniformes que permitam a construção de quadros comparativos; b) registro dos desenhos originais realizados pelos autores dos projetos; c) registro fotográfico original; d) criação de modelos eletrônicos dos projetos originais (que valorizamos na seleção de imagens), bem como levantamento fotográfico atual para os 11 casos selecionados como emblemáticos na concepção da habitação e da cidade modernas.

O centenário da política pública de habitação no Brasil

Definindo três etapas nesse centenário, Bonduki detalha a produção rentista da habitação no período do que podemos considerar *“Primeira República”*, de 1889 a 1930, com a marca do liberalismo econômico já instaurado nos dois períodos imperiais, estabelecendo, com ainda mais clareza, o interesse na questão da habitação como tema de Estado, ideia que vai sendo construída naquele período até sua total assunção com Vargas a partir da década de 1930.

Bonduki traça um quadro de *“antecedentes da ação do Estado na questão da moradia”*, bastante justificados pela questão sanitária e de controle das epidemias em relatórios de comissões estruturadas para estudos da situação da moradia operária, na qual cortiços, vilas particulares e vilas operárias são as formas de habitar mais estendidas na cidade. Os incentivos estatais para que o setor privado construísse moradias salubres tiveram eco no campo da saúde pública com a organização de movimentos públicos para a imunização contra as doenças transmitidas por vetores que foram descobertos no período, a partir do que as ideias de moradia coletiva e de produção em série são as que mantiveram presença até o presente, sobretudo a tipologia unifamiliar horizontal.

No segundo período, tratado por Bonduki desde seus primeiros trabalhos na década de 1980, como das *“origens”* da habitação social, entre 1930 e 1964, o cerne do *“Pioneiros”*, encontramos várias questões para aprofundamento em novas pesquisas, entre as quais a questão da *“consciência ou não consciência”* do Estado varguista sobre a diminuição do custo da força de trabalho, ao produzir moradia, penalizar os rentistas urbanos, congelar os aluguéis e permitir o crescimento das favelas e loteamentos periféricos (Volume 1, p. 41), dinâmica de expansão periférica que a própria Lei do Inquilinato de 1942 acabou por estimular. Está aí um campo fértil para a busca de documentos, necessariamente de variadas categorias.

Na exposição analítica do período não se privilegia a questão quantitativa – pois cerca de 150 mil unidades em 34 anos seria um número insignificante em si – mas sim a questão qualitativa, tanto em termos da comparação com o que se produziu no primeiro período, quanto pela nova dinâmica da construção civil e da participação de profissionais que inovaram nos campos arquitetônico, construtivo e urbanístico.

É clara, assim, a consideração de que não há uma política habitacional em todo o período, com atuações fragmentadas em todo o país, empreendidas por um conjunto diverso de agentes e entidades. Essa fragmentação da atuação pública se configurou na delegação da competência de promoção habitacional às autarquias sindicais – os IAPs – que capitalizavam os apoios dos sindicalizados ao regime, mas não atuavam de forma universal.

As propostas no final do Estado Novo de reunir os IAPs num instituto (ISSB – Instituto de Seguridade Social Brasileiro) e de criar um órgão centralizado de normatização e promoção da política habitacional – Fundação da Casa Popular -, buscando a universalidade do atendimento a partir da concentração de recursos econômicos e normativos – tiveram a oposição de vários segmentos sociais por diferentes razões. Uma delas foi o entendimento de que recursos seriam destinados diretamente sem passar necessariamente pelo clientelismo dos sindicatos e dos IAPs; para a indústria da construção civil, o temor estava na mudança nos padrões de atuação diminuindo suas margens de lucro; por fim, até setores considerados progressistas se opuseram à ideia, entendendo que uma política baseada em organismos centrais que utilizassem recursos centralizados e com base na criação do proprietário da moradia não seria uma política transparente e de transformação.

Ao avaliar “avanços e limites na produção habitacional dos anos 1940 e 1950”, Bonduki novamente demonstra sua tenacidade histórica e sua disposição para a revisão, ao avaliar, diferentemente de hipóteses anteriores, que a produção do período foi heterogênea suficientemente para não permitir nenhum tipo de generalização. Isso corrobora a própria natureza dos organismos chamados a compor o quadro de produção da habitação no período, que, autárquicos – embora com apoio estatal –, tinham seus objetivos vinculados às especificidades das categorias a eles vinculados. Essa revisão ocorre, inclusive, no próprio núcleo da hipótese atual – sobre a qualidade dos projetos arquitetônicos e urbanísticos – quando Bonduki assume que o impacto dos componentes da arquitetura e da cidade modernas não foi o mesmo em todos os empreendimentos. (Volume 1, p. 51)

A ideia da habitação como serviço público se constituía pela ação do Estado no empreendimento depois de sua construção, através do controle dos aluguéis pagos ao Estado pelos moradores (um prenúncio da ideia de locação social e de uma discussão ainda por retomar sobre o Estado produzindo, com recursos coletivos, unidades habitacionais para a apropriação privada do comprador).

Com a instalação da chamada “democracia populista”, tendo Dutra como presidente da República em 1946, apesar de instalar o órgão concebido

por Vargas para o controle centralizado da política habitacional, a Fundação da Casa Popular (FCP), seus limites se constituíram fundamentalmente, por um lado, pelo grande desafio da urbanização intensa da década de 1950 e, por outro, pela marca do paternalismo do Estado brasileiro que acabou por não bancar o caráter centralizado do sistema, levando Dutra a permitir que os estados criassem seus organismos para a produção da moradia de forma local e regional.

As características do quadro político e econômico da segunda gestão de Vargas (1951-1954) - a ação dos institutos e a aplicação dos conceitos modernos em Brasília podem ser consideradas como ápice de um processo que, inclusive, levaram a formulações como as do Seminário de Habitação e Reforma Urbana em 1963, no ambiente das reformas de base.

A partir da reestruturação completa do sistema de produção pública de habitação, com o golpe de 1964, o “Pioneiros” torna-se um profundo reservatório de questões para mais pesquisas e formulações de problemas historiográficos. É notória e de intensa agudeza intelectual, a posição de Bonduki ampliando suas visões sobre a produção habitacional dos governos militares, no SFH-BNH-COHAB, com uma postura crítica e de busca da precisão histórica que não prescinde de comprometimento político, mas que não o confunde com o necessário processo de pesquisa, abrindo canais de entendimento desse obscuro período de cerceamento das liberdades individuais e coletivas, mas compreendendo a contribuição do sistema então implantado para a produção massiva (4 milhões e meio) de unidades habitacionais em todo o país, no bojo de uma política pública integral – urbana e habitacional.

Tal postura crítica, mas de valorização do enfrentamento do período com pesquisas com formulações precisas e aprofundamento no conhecimento do universo da produção em todo o país, faz coro com investigações que vêm saindo à luz, buscando compreender os meandros da política habitacional pós-64 até a extinção do BNH em 1986, como, por exemplo, as de Sanvitto na Faculdade de Arquitetura da UFRGS (2010) e Negrelos no IAU-USP (2013; 2014).

Esse movimento de revisão histórica da produção financiada pelo BNH e promovida tanto pelas

COHABs quanto por agentes privados é consistente com a necessidade de enfrentar a crítica ao sistema, sobretudo em relação às características dos conjuntos habitacionais, não tanto por seu caráter massivo, que já havia sido explorado no período anterior, mas principalmente por sua implantação como vetor de urbanização para terrenos periféricos em banco de terras públicas, geralmente das COHABs, com a marca do cálculo bancário para os contratos, sem subsídios e com elevadas taxas de juros, principalmente a partir da “crise do milagre brasileiro”. Crise que levou à consideração de que as décadas de 1980 e de 1990 teriam sido “perdidas” economicamente. Bonduki constrói o quarto período indicando que tais décadas, apesar dos baixíssimos indicadores econômicos, foram um tempo de “utopia e esperança” – já indicados em sua dissertação de Mestrado, de 1987, *“Criando Territórios de Utopia. A luta pela gestão popular em projetos habitacionais”*, logo em seguida publicada em livro (BONDUKI, 1992).

As experiências “utópicas” de produção com participação social e projetos contextualizados, tanto no âmbito das assessorias técnicas primeiramente, quanto na organização de programas públicos na gestão municipal paulistana com Luiza Erundina como prefeita, atuaram na operação da crítica ao sistema massivo e de acesso financeiro à habitação.

A construção de um quadro diversificado de alternativas de programas públicos em uma intensa multiplicação de administrações municipais em todo o país lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), aliada à oportunidade alcançada por esse partido, nas eleições de 2002, de governar o Brasil, com um programa de governo para o setor habitacional (a partir da construção do “Projeto Moradia”, que orientou a campanha eleitoral), foram elementos, em um quinto período traçado por Bonduki, de esperança sobre a constituição de um campo público para uma política habitacional que incorporasse, em âmbito nacional, o direito à cidade e à arquitetura, formulado no período heroico das primeiras gestões municipais do PT.

Essa incorporação teve viabilidade demonstrada com a elaboração do Plano Nacional de Habitação–PLANHAB – de cuja formulação Bonduki foi um dos coordenadores, entregue semanas antes da divulgação do Programa Minha Casa Minha Vida

- PMCMV, em março de 2009, com a delegação ao setor privado da seleção das localizações e do estabelecimento dos conjuntos.

Tal quadro levou o “Pioneiros” a incorporar a dúvida sobre se no século XXI a política nacional de habitação seria orientada pelo direito à moradia digna, destacando três grandes conceitos para sintetizar os componentes fundamentais de uma política habitacional de qualidade e que foram desenvolvidos no período 1930-1964: diversidade de projeto, tipológica e morfológica; valorização do espaço público e da convivência coletiva na cidade e nos espaços de morar; inserção urbana com direito à urbanização e às localizações articuladas na cidade.

Essa operação, que é histórica do ponto de vista metodológico, se completa com o que Bonduki chama de “desengavetar documentos para pensar o futuro”, documentos esses que, junto ao PLANHAB de 2009, puderam indicar possibilidades concretas de reformas de base (como as conclusões do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado em São Paulo e Rio de Janeiro em 1963), ou a reformulação do Sistema Financeiro de Habitação, cujas propostas foram construídas sob a demanda de José Sarney, como presidente da República, a respeito dos rumos da atuação do BNH que, finalmente, foi extinto por ele em 1986.

As características dos organismos promotores

Para aprofundar a relação entre um projeto de previdência social em construção e o projeto de habitação social como um problema assumido pelo Estado, Bonduki desenvolve a reflexão sobre a diferença entre um grupo de organismos, mais atuantes seja em quantidade seja em concepção difundida – profissionais identificados, tipologias, arquitetura, inserção urbana, dimensões, previsões de equipamentos sociais: os institutos de aposentadoria e pensões dos industriários (IAPI), dos comerciantes (IAPC), dos bancários (IAPB), a Liga Social contra o Mocambo (LSCM), o DHP, a FCP.

No primeiro grupo, o dos institutos vinculados às categorias profissionais, a diferença quantitativa merece atenção, não apenas pelo número de unidades produzidas, mas pela distribuição nas tipologias multifamiliar e unifamiliar, o que nos

oferece elementos para uma análise da diferenciação social vinculada aos institutos. Exemplo disso é a disparidade na aplicação da tipologia multifamiliar em blocos e em edifícios pelo IAPI, para uma categoria “avançada” no que concerne à convivência coletiva. Igualmente para o IAPB, instituto que apresenta alto índice de produção, senão toda ela pela significância, em blocos e edifícios de apartamentos de alta qualidade projetual e de inserção urbana. Ao contrário, para os comerciários, intensamente diluídos pelas cidades, a tipologia unifamiliar foi francamente preferida, indicando a importante diferença com as demais categorias “modernas” de convívio urbano.

O mais importante é a cabal demonstração da limitação do Estado na operação de uma política habitacional que já poderia ter sido desenhada e implementada como ação federal para todo o país, mas foi deixada para autarquias fragmentadas, que atuavam com práticas clientelistas.

Está reforçado o caráter dos IAPs como autarquias sindicais atreladas ao Ministério do Trabalho; tratava-se de política estatal com promoção privada, apesar da relação do sindicato com a esfera pública, o que levava, geralmente, a historiografia a tratar a atuação na Era Vargas como política pública, considerando os institutos como organismos estatais. Aqui definitivamente se compreende, corroborado por diversos estudos, que o estatuto do sindicato, e, conseqüentemente, de seu instituto de previdência, é autônomo. Fundamentalmente, trata-se da extensão “promotora” no interior da formulação de uma política pública; os institutos são órgãos promotores e, ao mesmo tempo, ou principalmente, órgãos de capitalização e financiadores das modalidades de habitação e de projetos estratégicos nacionais, nas suas diferentes categorias de ação, que os fizeram grandes empreendedores imobiliários e organismos financeiros, inclusive concorrendo por recursos públicos. Seus diferentes planos de ação o demonstram, já desde o “Origens”: *Plano A*, locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos IAPs (de maior interesse para o trabalho, com os componentes apresentados no Inventário do Volume 2). A locação, apesar de dispositivo fundamental para a garantia do acesso à moradia ao trabalhador, possibilitava a manutenção do parque imobiliário. Além disso, a disputa dos fundamentos

da locação e do direito à casa própria estava em cena, com a defesa dos comunistas pelo primeiro e das organizações católicas pelo segundo. No início não havia nenhum subsídio ao aluguel, até 1942, com a Lei do Inquilinato, que promoveu, ao longo de sua duração (até 1964), o congelamento que levou a uma situação de subsídio ao aluguel das unidades vinculadas ao Plano A. *Plano B*, financiamento de aquisição, construção ou reforma de moradia para residência, de iniciativa pessoal do associado. *Plano C*, empréstimos hipotecários a pessoas físicas ou jurídicas, objetivando o financiamento de construção de edifícios, implantação industrial ou empréstimos hipotecários. *Plano D*, investimento imobiliário através de reserva de valor: compra de terrenos para novos conjuntos, conjuntos já construídos para revenda ou locação, restaurantes populares ou outros serviços sociais, além de edifícios centrais de diversos usos, incluindo as sedes dos institutos.

Houve a geração de enormes distorções na adjudicação das unidades em termos de priorização por renda e por categoria (relação entre número de associados e porcentagem de atendimento, como demonstra o quadro à p. 156 do Volume 1), bem como em termos da relação com o conjunto das classes trabalhadoras que incluíam os sem carteira assinada.

No quadro geral dos institutos, todos com departamentos técnicos próprios, é relevante o protagonismo de Rubens Porto, engenheiro-arquiteto funcionário do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na formulação do papel desses órgãos na configuração da política e na formulação do ideário espacial dos produtos habitacionais postos à disposição dos associados dos institutos. A aplicação de recursos em produção habitacional não foi ideia inicial dessas autarquias; o papel de Porto foi fundamental na defesa e posta em prática dessa aplicação, que teve início em 1937, com o entendimento sobre os IAPs como órgãos estatais, na medida em que atuavam em setor público vinculado às relações do trabalho.

Damos relevo aqui às diretrizes dos projetos habitacionais (Volume 1, p. 157-158), vinculadas totalmente à ideia de desenvolver uma arquitetura moderna em relação às formulações no âmbito internacional e funcional em relação: a) às soluções de planta; b) à padronização de componentes de

construção que viabilizasse sua pré-fabricação através da ideia da racionalidade de utilização de materiais que possibilitasse a racionalização da produção, inclusive seu mobiliário; c) à concepção de blocos de habitação com altura suficiente para evitar a instalação de elevadores e que viabilizasse a utilização livre do térreo através dos pilotis (prática que, pode-se perceber nos conjuntos implantados, não foi plenamente aplicada e que enseja uma reflexão de limites políticos para sua utilização).

É de se destacar, e nos interessa particularmente, a consideração pelo “Pioneiros” do problema da habitação considerada econômica – tanto pelo custo quanto pela simplicidade atingida no modo de morar – como um problema urbanístico, que deveria se articular com os níveis de planejamento urbano e regional. Nesse sentido, é fundamental a aplicação da concepção de conjuntos com autonomia interna em termos de serviços, utilizando a forma da “unidade de vizinhança” e valorizando o tráfego lento internamente com ligações estruturais com a cidade.

O IAPI foi o que mais “*se preocupou em modernizar a produção tendo em vista a economia*” (Volume 1, p. 160), afirmação perceptível no Inventário, em cujas obras se encontram tais diretrizes na sua maior parte, apesar da convivência de projetos tradicionais (vilas ou unidades no interior do tecido urbano).

Demarcando o período de 1936-1966 para a análise dos institutos, o “Pioneiros” indica o IAPI como o instituto que se manteve na vanguarda do projeto habitacional no Brasil, sobretudo pelo forte vínculo entre habitação e urbanismo e pelo “*desenvolvimento tecnológico, standardização e barateamento*” em relação às unidades habitacionais. (Volume 1, p.175)

Por sua vez, o IAPC, apesar de efetuar ensaios de produção massiva de habitação, apresenta uma produção dispersa, que carece de clareza de concepção estratégica e de referências tipológicas, além de apresentar limitada elaboração teórica e conceitual (ao contrário do IAPI), com destaque para o ensaio da tipologia unifamiliar horizontal com o tipo “unidades sobrepostas”, desenvolvido por Ulisses Hellmeister. Outras alternativas ensaiadas foram os blocos para solteiros e solteiras, modelo padronizado de casa térrea e bloco para a massificação da produção e atuação de profissionais externos ao órgão.

Confirmando a hipótese que defendemos e que verificamos na descrição e análise do “Pioneiros”, o IAPB, vinculado a uma categoria profissional fundamentalmente urbana, apresenta produção consistente com o perfil de seu associado, principalmente nos conjuntos residenciais com tipologia multifamiliar, com arquitetura moderna e localizados, senão em áreas centrais, em áreas que induziram o desenvolvimento urbano nos centros urbanos onde foram implantados.

Denominamos “sistema IAP-FCP” o conjunto das atuações dos IAPs e da FCP, sem demérito às demais instituições regionais, mas no sentido de ressaltar que tal estrutura institucional estava presente em todo o país, como um projeto estatal de política habitacional que, pela formação cultural brasileira com arraigo do paternalismo e do clientelismo, teve que fragmentar sua atuação pelos estados; daí, é necessário dar relevo à concepção de habitação da FCP apresentada por Bonduki, indicando a defesa do órgão pela propriedade privada em unidades unifamiliares isoladas no lote.

Os órgãos regionais viabilizados pela decisão clientelista de Dutra em descentralizar as atribuições da FCP por todos os estados, durante a década de 1950, originando a atual estrutura de produção habitacional no país, foram: a Fundação da Casa Operária; a Fundação Leão XIII, a Cruzada São Sebastião, a Liga Social contra o Mocambo (LSMC), no Recife, atuando nas favelas; o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal (DHP); o Serviço de Vilas e Parques Proletários (Prefeitura do Distrito Federal); o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP); a Companhia Estadual de Casas Populares (CECAP) em São Paulo, hoje Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Na atuação do DHP da Prefeitura do Distrito Federal, onde encontramos a atuação de Affonso Eduardo Reidy e Carmen Portinho, produzindo ícones da narrativa historiográfica internacional como os conjuntos Pedregulho e Marquês de São Vicente, encontram-se conceitos muito importantes como a habitação considerada serviço público e, centro de nossa argumentação aqui, a “*habitação como um instrumento de reeducação para um novo modo de morar*” (Volume 1, p. 316), alimentando a utopia da provisão de habitação nas cidades brasileiras através de bairros populares modernos e com todos os serviços públicos necessários.

O Inventário – muito mais que uma base de dados

Ao enfrentar o procedimento metodológico de inventariar os planos urbanísticos, os projetos habitacionais e a efetiva produção através das unidades construídas, realizando mapeamentos detalhados e sua síntese em fichas, textos e desenhos de projetos, o “Pioneiros” explicita a dificuldade da tarefa. O cotejamento entre o número conhecido de “cerca de 150 mil unidades” – no “Origens” constam 142.127 unidades de 1937 a 1964 (BONDUKI, 1998: 128), trabalhando com dados secundários que incluíam os financiamentos dos institutos para seus associados praticamente impossíveis de inventariar por sua dispersão -, e a efetiva implantação das unidades, os pesquisadores registraram, no Volume 2, números que oferecem uma nova mirada sobre a dificuldade de levantar toda a produção do período, sem diminuir sua importância em termos qualitativos.

A amplitude do mapeamento efetivamente realizado pela equipe de pesquisadores é impressionante, percorrendo 77 cidades em 23 estados e no Distrito Federal, foram padronizados dados e informações de 322 empreendimentos, que oferecem quantidade de informações relevantes. Na quantificação há uma dificuldade importante relativa à ausência de informação em não poucos casos, bem como a diferença entre unidades projetadas e as efetivamente construídas (por vezes, o número de construídas supera o projetado). Tal diferença pode ser entendida à luz das dificuldades de concretização, bastante conhecidas no âmbito da ação pública, parecendo-nos relevante seu registro. Das 121.605 unidades projetadas, 88.279 puderam ser constatadas como construídas.

Merece destaque a diferença de implementação das áreas residenciais em cidades novas, com o levantamento de 27.779 unidades projetadas e 21.336 construídas (diferença importante inclusive pela não implementação da Cidade dos Motores cujo plano indicava a construção de 6.471 unidades habitacionais divididas entre as familiares e aquelas previstas para pessoas solteiras). Tal destaque se deve à constatação da importância dada, principalmente pelos IAPs, em seus Planos C e D, que previam o financiamento de projetos estratégicos como o foram as cidades novas inventariadas.

A questão metodológica aqui é fundamental e vale ressaltar o papel das escolhas das fontes e do trabalho de campo, com todas as dificuldades de sua compatibilização. Na questão da quantificação das produções, em qualquer período delimitado, há que valorizar essa ressalva para escapar da fácil trilha da desqualificação de toda uma produção seja por massiva, seja por limitada.

Planos e projetos para a nova cidade e a nova habitação modernas

Bonduki e Koury empreendem, no Volume 3, em conjunto com seus colaboradores de pesquisa, um arriscado, mas estimulante, exercício de ampliação histórica e crítica dos conteúdos de 11 empreendimentos, considerados “propostas de morar para o Brasil moderno”.

O risco foi assumido em relação à própria ação de seleção, que, compreensivelmente, foi realizada no sentido de alargar o campo analítico sobre casos que foram objeto de teses e dissertações de membros da equipe colaboradora e que, ao mesmo tempo, efetivamente ofereceram todos os elementos para a compreensão de seu papel no projeto de transformação da visão de morar nas cidades brasileiras. O estímulo está baseado em pesquisas consistentes e extremamente competentes sobre os onze casos, fundadas na pesquisa acadêmica de qualidade, com o conteúdo apresentado em: a) contexto e concepção da intervenção; b) autor do projeto; c) apresentação do projeto; d) análise do projeto; e) atualidade do projeto.

Os autores dos capítulos de cada empreendimento realizaram análise aprofundada tanto dos projetos com detalhada produção de desenhos tridimensionais quanto da trajetória profissional dos arquitetos e engenheiros responsáveis por sua concepção, num sentido de considerá-los exemplares no quadro da produção de uma cidade moderna a partir da habitação com os parâmetros modernos.

Na imensa tarefa de analisar a produção do período delimitado, não é de se estranhar que a maioria sejam conjuntos dos IAPs, dada a maior produção ter sido realizada por esses órgãos autárquicos, sendo 6 deles do *IAP1*.

No Rio de Janeiro, o **Realengo** (Figura 1), projeto do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, de 1938, pela enorme diversificação tipológica, buscando a racionalidade na produção em série; e o da **Penha**, com projeto inicial dos arquitetos MMM Roberto (1939) e implantação final pelos técnicos da Divisão de Engenharia do IAPI (1947), com relevo para a busca da produção massiva de habitação social.

Em São Paulo, entre o conjunto da **Várzea do Carmo** e o **Edifício Japurá**, o trabalho apresenta duas tipologias bem marcadas da proposta para uma cidade em vias de se impor na escala metropolitana. No primeiro caso, um grande conjunto habitacional projetado pelo engenheiro-arquiteto Attilio Corrêa Lima e equipe em 1938, buscou-se tratar a estreita relação entre plano urbanístico e projeto de habitação social, ao promover e defender um bairro de grandes dimensões, de variada tipologia e multiplicidade de equipamentos públicos e espaços coletivos. O segundo, do arquiteto Eduardo Kneese de Mello, de 1942, é exemplar pioneiro do tratamento do centro da grande cidade, prestes a transformar-se em grande metrópole, como lugar do adensamento residencial e da mistura de usos urbanos coletivos.

Lagoinha, em Belo Horizonte, com projeto de 1940 desenvolvido por técnicos da Companhia Auxiliar de Serviços de Administração (CASA), com adaptação da Divisão de Engenharia do IAPI, é conjunto que demonstra a atuação do então prefeito JK na busca de soluções relacionadas ao deslocamento de populações faveladas para bairros populares promovidos pela administração pública com alta qualidade de espaços públicos e equipamentos coletivos.

Passo D'Areia em Porto Alegre, de 1942, com parceria entre os engenheiros José Otacílio de Saboya Ribeiro, Marcos Kruter e Edmundo Gardolinski, também nos oferece a preocupação com a articulação entre plano urbanístico, habitação social e expansão urbana, promovendo diversidade tipológica e buscando relacionar elementos de um projeto que, muitas vezes, se interpreta como baseado nas formulações da cidade jardim.

Um dos conjuntos em destaque é do **IAPC**, o de **Olaria**, no Rio de Janeiro, em que o engenheiro Ulysses Hellmeister aplica, em 1938, elementos do ideário da cidade jardim em uma tipologia unifamiliar – a unidade sobreposta escalonada – que permite um assentamento racional com respeito ao relevo.

Figura 1: Conjunto Residencial Operário em Realengo (Carlos Frederico Ferreira - 1938). Modelo eletrônico do conjunto. Fonte: BONDUKI & KOURY (orgs). Pioneiros..., Volume 3, p. 19.



O exemplo do **IAPB**, o da **Casa da Bancária** (Figura 2) no Rio de Janeiro, de 1956, tem o arquiteto Carlos Azevedo Leão inovando em relação a componentes de uma sociedade moderna ao propor um conjunto para trabalhadoras solteiras do sistema bancário.

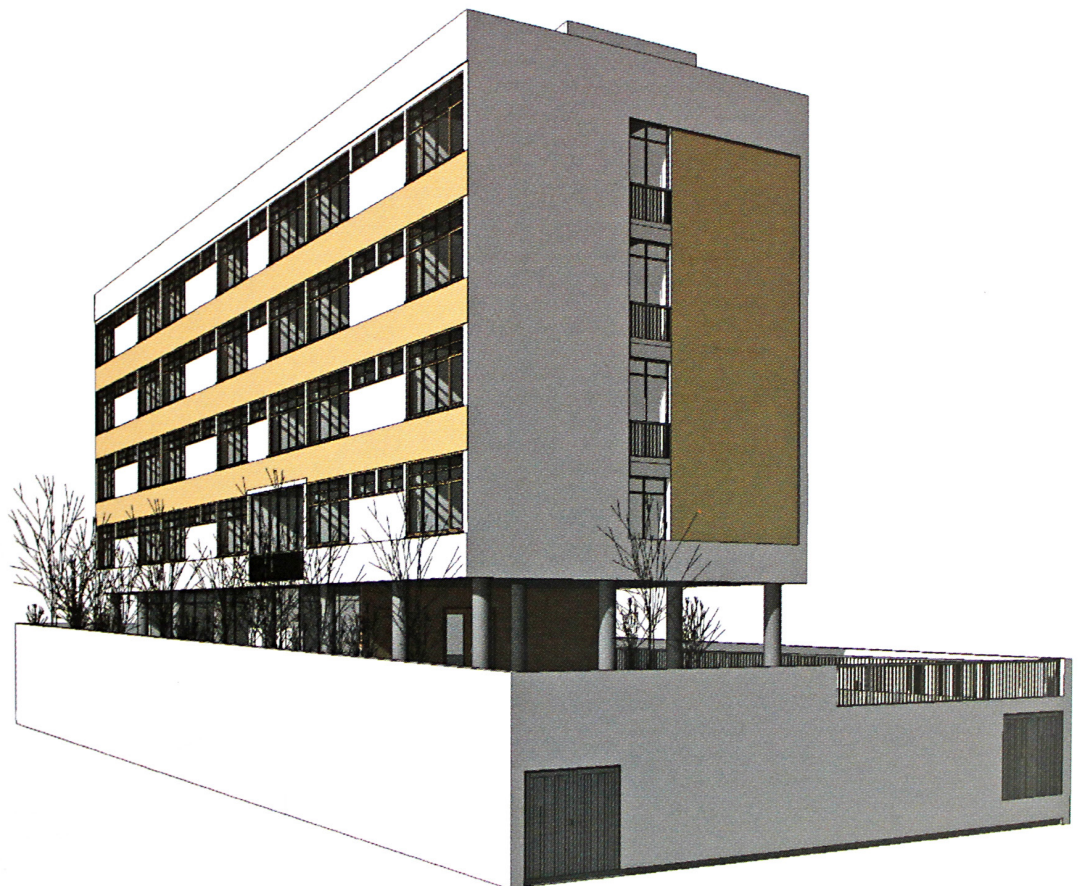
A **FCP** aparece com um conjunto, o **Deodoro** (Figura 3), de 1952, já informado com a experiência de Pedregulho, em que Reidy e o colega arquiteto Flávio Marinho Rego confrontam suas posições sobre habitação e urbanismo, o primeiro buscando a fidelidade ao Movimento Moderno e o segundo buscando a racionalidade, também moderna, da pré-fabricação.

Fundamental para a reflexão proposta nesta re-senha, 2 conjuntos do **DHP** têm destaque na seleção: o de **Paquetá**, de 1952, do arquiteto

Francisco Bolonha, cuja articulação entre o moderno e o tradicional comunica a ideia de morar em conjunto em uma pequena ilha; e o **Pedregulho**, de 1946, com a parceria da engenheira Carmen Portinho com o arquiteto Affonso Eduardo Reidy.

O conjunto Pedregulho reúne, sem concessões à historiografia internacional à época de sua implantação, e de forma efetiva, componentes de um projeto moderno para viver nas cidades – e cidades com relevos com altas declividades – seja no bloco que serpenteia as curvas de nível, ensejando economia construtiva e construção de paisagens únicas, seja nas proposições de seus autores que efetivamente acreditavam, junto com um grande grupo de intelectuais à época, na possibilidade de empreender uma educação nova para novos desafios do mundo moderno – articulando educação, arte, cidade e moradia.

Figura 2: Casa da Bancária (Carlos Azevedo Leão - 1956). Modelo eletrônico do edifício. Fonte: BONDUKI & KOURY (orgs). Pioneiros..., Volume 3, p. 255.



Essa crença na possibilidade de educar a sociedade para uma nova forma de viver em cidades é tema importante para as diversas possibilidades de continuidade da pesquisa histórica da habitação no período 1930-1964. Uma abordagem teórica e histórica, realizada por Miceli (2001), estudioso da relação entre intelectuais e Estado no período, indica a potencialidade dessa relação na qual os intelectuais e seus projetos – em particular, arquitetos e engenheiros – se associaram de variadas maneiras a várias instâncias de poder estatal que, à época, induzia de forma intensa o pensamento social sobre a construção de uma nova nação.

A delimitação da relação entre Estado e intelectuais, rompida de forma drástica durante o período posterior, o da ditadura militar, que destituiu de valor a função social daqueles vinculados à arquitetura, parece tomar novo vigor com o “Pioneiros”, propiciando uma nova tomada de consciência sobre o direito à cidade com arquitetura no desenho urbano e no de seus espaços de morar.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Carlos R. M. de; BONDUKI, Nabil G. ROSSETTO, Rossella. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo. 1989-1992*. Livro que acompanha a Mostra Arquitetura e Habitação Social em São Paulo 1989-1992, integrante do Núcleo Cidade e Território – 2.º Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, agosto 1993.
- ARGAN, Giulio C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BONDUKI, Nabil G.; KOURY, Ana P. Das reformas de base ao BNH as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Vitruvius, Arqutextos*, maio 2010. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.120/3432>.

BONDUKI, Nabil G. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. *Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 1994.

_____. *Habitação & Autogestão. Construindo Territórios de Utopia*. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

_____. *Criando Territórios de Utopia. A luta pela gestão popular em projetos habitacionais*. São Paulo: FAU-USP, Dissertação de Mestrado, 1987.

BOTAS, Nilce C. A. *Entre o Progresso Técnico e a Ordem Política: Arquitetura e Urbanismo na Produção Habitacional do IAPI*. São Paulo; FAUUSP, Tese de Doutorado, 2011

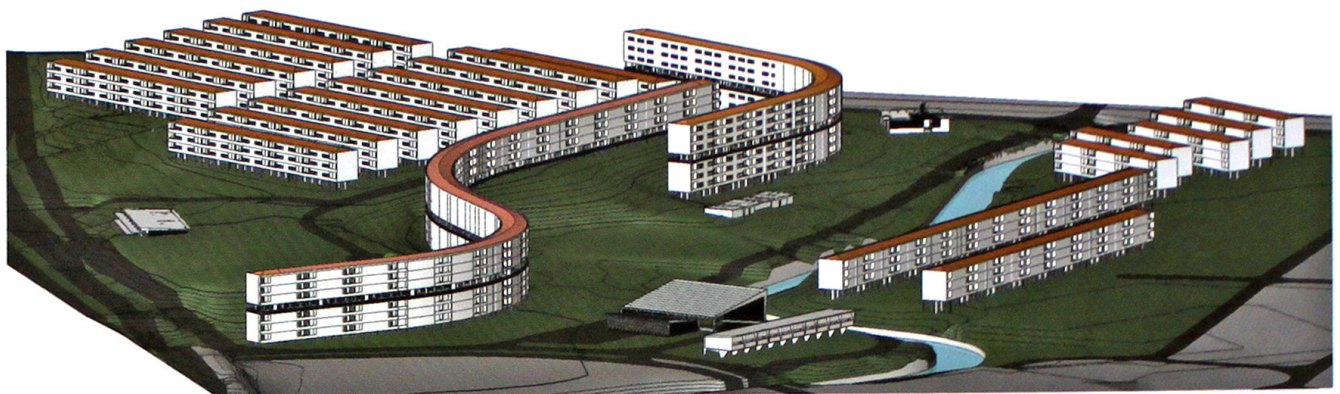
BRITO, Flavia N. *Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural*. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 2011.

_____. *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. São Carlos: EESC/USP [IAU/USP], Dissertação de Mestrado, 2005.

BRUNA, Paulo J. V. *Os Primeiros Arquitetos Modernos: Habitação Social no Brasil 1930-1950*. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. *Os Primeiros Arquitetos Modernos. Habitação Social no Brasil 1930-1950*. São Paulo: FAU-USP, Tese de Livre Docência, 1998.

Figura 3: Núcleo Residencial Presidente Getúlio Vargas [Deodoro] (Flávio Marinho Rego, 1952). Modelo eletrônico do conjunto. Fonte: BONDUKI & KOURY (orgs). *Pioneiros...*, Volume 3, p. 230.



- FERRARI, Camila. *Projetos de habitação popular como projetos de cidade moderna: os conjuntos habitacionais dos IAP na Grande São Paulo de 1930 a 1964*. São Carlos: IAUUSP, Dissertação de Mestrado, 2013.
- KOURY, Ana P. *Arquitetura Construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: FAU USP, Tese de Doutorado, 2005.
- MARTINS, Carlos A. F. *Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil. A obra de Lucio Costa 1924/1952*. São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1987.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEGRELOS, Eulalia P. A moderna habitação econômica como questão de Estado na produção capitalista da cidade. Fases de expansão e redução dos componentes modernos da cidade e da habitação no Brasil – estado de São Paulo – no período 1930 – 1986. In *URBANA*, V.6, nº 8, jun.2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1589/pdf>.
- NEGRELOS, Eulalia P.; FERRARI, Camila. Resiliência de tipologias habitacionais e urbanas do alojamento popular no Brasil. In *Anais do XV ENANPUR - Desenvolvimento, planejamento e governança. 30 anos da ANPUR*. Recife, 2013.
- POLETO, Sálua K. M. *Referências Europeias de Arquitetura e Urbanismo nas Origens da Produção de Habitação de Interesse Social no Brasil (1930-1964)*. São Carlos: EESC/USP [IAU/USP], Tese de Doutorado, 2011.
- _____. *Fundação da Casa Popular (1946-1964): Projeto Frustrado de Construção de uma Política Habitacional no Brasil*. São Carlos: EESC/USP [IAU/USP], Dissertação de Mestrado, 2004.
- REZENDE, Vera F. (org.) *Urbanismo na era Vargas. A transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012.
- SAMPAIO, Maria Ruth A. de. *A produção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna: 1930 – 1964*. São Carlos: RiMA/FAPESP, 2002.
- SANVITTO, Maria Luiza A. *Habitação coletiva econômica na Arquitetura Moderna Brasileira entre 1964 e 1986*. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado, 2010.
- SILVA, Elaine P. *Eduardo Kneese de Mello e o Edifício da Rua Japurá*. São Carlos: EESC/USP [IAU/USP], Dissertação de Mestrado, 2003.
- XAVIER, Denise. *Arquitetura Metropolitana*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- _____. *Arquitetura Metropolitana, São Paulo, Década de Cinquenta*. São Carlos: EESC-USP (Departamento de Arquitetura e Urbanismo). Dissertação de Mestrado, 1999.